

Pasta n.º 3561.001

**RECORTES DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS/
TRIBUNAL CONSTITUCIONAL**

- *Manteve-se a ordenação cronológica das pastas, pelo que a primeira imagem apresentada corresponde ao recorte mais recente.*
- *As imagens digitalizadas apresentam má legibilidade devida à qualidade dos originais (fotocópias de recortes).*
- *Os cortes das imagens digitalizadas correspondem a cortes nos originais.*

Im. Ass.

- 2 Conjunto de fotocópias de recortes, elaborado pela Presidência do Conselho de Ministros, sobre actuação do Tribunal Constitucional, de 16.ABR.1984 a 18.ABR.1984; 24.ABR.1984; 28.ABR.1984; 03.MAI.1984; 06.MAI.1984; de 08.MAI.1984 a 09.MAI.1984; de 11.MAI.1984 a 12.MAI.1984; 15.MAI.1984; 18.MAI.1984; 28.MAI.1984; 01.JUN.1984; 04.JUN.1984; 08.JUN.1984; 14.JUN.1984; 20.JUN.1984; 23.JUN.1984; de 06.JUL.1984 a 07.JUL.1984; 14.JUL.1984; 17.JUL.1984; 28.JUL.1984; de 05.AGO.1984 a 12.AGO.1984; 14.AGO.1984; de 25.AGO.1984; 21.AGO.1984; de 28.AGO.1984 a 31.AGO.1984; 10.SET.1984; de 17.SET.1984 a 27.SET.1984.

Obs.: São abordados os seguintes assuntos:

- Declaração de rendimentos dos políticos;
- Equiparação dos estudos nos Seminários ao ensino oficial;
- Atribuição de tempos de antena;
- Desrespeito de contrato entre a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Fundação Ricardo Espírito Santo e Silva, relativamente a mobiliário do Palácio Raton, sede do Tribunal Constitucional;
- Queixa do 'Diário de Lisboa' contra o Tribunal Constitucional por impedimento de acesso a fontes oficiais de informação, relativamente à declaração de rendimentos dos políticos, e apoio do Conselho de Imprensa a este jornal;
- Conflito entre o presidente do Tribunal Constitucional e o PR sobre disputa do 4.º lugar do protocolo nacional entre este tribunal e o Supremo Tribunal de Justiça;
- Críticas de parcialidade política do Tribunal Constitucional, feitas pelo arcebispo de Braga, D. Eurico Dias Nogueira;
- Imposto extraordinário;
- acórdão declarando a inconstitucionalidade de parte do Decreto Lei 349-B/83, despenalizador de infracções nos domínios monetário, financeiro e cambial;
- Acórdão sobre competência dos Sindicatos em emitirem carteiras profissionais;
- Presidente da Câmara de Maia solicita ao Tribunal Constitucional inconstitucionalidade do diploma que fixa as novas tarifas de energia;
- Lei de Segurança Interna;
- Tribunal Constitucional restitui personalidade jurídica que o Governo tinha retirado à cooperativa de responsabilidade limitada que administra a Universidade de Lisboa;
- Extinção da Sociedade Nacional de Armadores de Pesca de Arrasto;
- Lei Arnaut (Decreto Lei 254/82) sobre Serviço Nacional de Saúde;
- Nacionalizações;
- Acórdão definindo que os cobradores de transportes se devem apresentar barbeados;
- Edição periódica dos acórdãos produzidos pelo Tribunal Constitucional;

- Taxa da RDP;
- Direito à organização sindical.